

1/2

Algar Multimídia S/A - CNPJ: 04.622.116/0001-13

Relatório da Administração

Senhores acionistas, Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Algar Multimídia S/A apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os membros da Diretoria encontram-se à disposição dos Senhores para prestar esclarecimentos a respeito desses documentos. Uberlândia, 16 de fevereiro de 2018. A Administração.

Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016		Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.724	3.962	Empréstimos e financiamentos	8	18.849	32.680
Contas a receber		151.313	137.304	Fornecedores		42.018	47.441
Tributos a recuperar	5	7.697	5.757	Impostos, taxas e contribuições		28.417	26.690
Despesas antecipadas		2.263	1.734	Imposto de renda e contribuição social a pagar		5.585	2.007
Outros créditos		6.226	5.590	Salários, provisões e encargos sociais		36.036	35.011
Total do ativo circulante		196.223	154.347	Dividendos a pagar	11	29.630	20.152
Não circulante				Valores a restituir aos acionistas	10c	-	6.036
Tributos a recuperar	5	21.240	17.553	Outras obrigações		4.416	4.992
Depósitos judiciais	9	1.715	523	Total do passivo circulante		164.951	175.009
Aplicações financeiras	4	1.213	1.103	Não circulante			
Outros créditos		2.629	1.949	Empréstimos e financiamentos	8	18.831	37.352
		26.797	21.128	Salários, provisões e encargos		3.359	2.503
Investimentos		36	50	Tributos parcelados		3.271	5.243
Imobilizado	6	549.581	473.482	Imposto de renda e contribuição social diferidos		22.761	15.449
Intangível	7	101.549	110.211	Provisões	9	20.641	16.781
Total do ativo não circulante		677.963	604.871	Total do passivo não circulante		68.863	77.328
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		338.681	316.273
				Reserva de capital		249	249
				Reservas de lucros		256.854	176.438
				Dividendos adicionais propostos		10.428	6.314
				Adiantamento para futuro aumento de capital		34.160	7.607
				Total do patrimônio líquido		640.372	506.881
Total do ativo		874.186	759.218	Total do passivo e do patrimônio líquido		874.186	759.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)						
Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Adiantamento para futuro aumento de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2015	287.818	-	13.493	107.446	4.853	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	36.007
Aumento de capital com adiantamento para futuro aumento de capital	28.400	-	-	-	-	(28.400)
Incorporação de acervo cindido da Algar Mídia	55	249	-	26	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	81.939
Constituição de reserva legal	-	-	4.097	-	-	(4.097)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(4.853)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(20.152)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	6.314	(6.314)
Retenção de lucros	-	-	-	51.376	-	(51.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	316.273	249	17.590	158.848	6.314	7.607
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	-	-	-	-	48.961
Aumento de capital com capitalização de AFAC	22.408	-	-	-	-	(22.408)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(6.314)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	120.474
Constituição de reserva legal	-	-	6.024	-	-	(6.024)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(29.630)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	10.428	(10.428)
Retenção de lucros	-	-	-	74.392	-	(74.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	338.681	249	23.614	233.240	10.428	34.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Algar Multimídia S/A (“Companhia”), com sede na cidade de Uberlândia - MG é uma sociedade por ações de capital fechado, integrante do Grupo Algar, e tem por objeto social a prestação de serviços de telecomunicações, exploração de serviços de provedor de Internet e de desenvolvimento, implementação, operacionalização e gerência de soluções de conteúdo e conectividade para acesso, armazenamento e recuperação de dados, datacenter, cloud computing, venda, licenciamento e cessão de uso de software, edição integrada a impressão de cadastros, listas, guias telefônicas, revistas, livros, periódicos e outros produtos gráficos, atividades de informação e comunicação relacionadas à agência de notificações e publicidade, dentre outros serviços a esses relacionados. As demonstrações financeiras com informações adicionais e o parecer de auditor externo emitido sem ressalvas pela Ernst & Young Auditores Independentes, datado de 16/02/2018, estão sendo publicadas nesta mesma data no jornal Diário de Uberlândia, na cidade de Uberlândia-MG, onde está localizada a sede da Companhia. Concessões e autorizações - Os serviços ofertados pela Companhia e as tarifas cobradas são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos através da seguinte autorização:

Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Autorizações para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado

2. Bases de preparação e apresentação - a) **Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)** - As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). b) **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício. c) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Sumário das principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia, nos dois exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) **Instrumentos financeiros** - i) **Ativos financeiros** - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são conhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende de sua classificação, como segue: **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** - Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado do exercício. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de mantê-los até seu vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui R\$ 151.313 classificados nessa categoria. ii) **Desreconhecimento de ativos financeiros** - Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual os riscos e benefícios da titularidade são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. iii) **Compensação de instrumentos financeiros** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. iv) **Passivos financeiros** - Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende de sua classificação, como segue: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado** - Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos e financiamentos** - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. v) **Custos de empréstimos** - Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período

de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos. vi) **Desreconhecimento de passivos financeiros** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. b) **Ativos circulantes e não circulantes** - i) **Caixa e equivalentes de caixa** Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. ii) **Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela entidade, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, o qual reflete mais adequadamente o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. ii) **Intangível e ágio** - **Ágio** - O ágio resultante na aquisição de negócios é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras e é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável. **Concessões e autorizações** - A Companhia reconhece um ativo intangível, decorrente de contratos de concessão ou autorização, quando comprovada a utilização pelos usuários finais de infraestrutura ou de algum direito de exploração, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência - PPDUR e direito de uso de Backbone, entre outros. Um ativo intangível recebido em pagamento para construção de infraestrutura ou expansão de serviços é mensurado ao valor justo no momento inicial de reconhecimento. **Amortização** - Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos. c) **Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. i) **Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. ii) **Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem ao imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. d) **Reconhecimento de receitas** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. i) **Venda de serviços** - As receitas relativas aos serviços de multimídia são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	12	535.423	463.156
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	13	(205.573)	(191.179)
Resultado bruto		329.850	271.977
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	14	(120.635)	(115.360)
Despesas gerais e administrativas	15	(38.548)	(46.785)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	10.975	12.719
Equivalência patrimonial		(27)	(17)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		181.615	122.534
Receitas financeiras	16	3.869	5.690
Despesas financeiras	16	(8.783)	(12.967)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		176.701	115.257
Imposto de renda		(40.645)	(23.912)
Contribuição social		(15.582)	(9.406)
Lucro líquido do exercício		120.474	81.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	120.474	81.939
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	120.474	81.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	176.701	115.257
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	71.270	65.349
Equivalência patrimonial	27	17
Ganho / perda na venda de imobilizado	363	735
Encargos financeiros líquidos	4.914	7.277
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.632	4.803
Constituição de provisões	4.785	680
Reversão de valores a restituir aos acionistas	(5.989)	-
	257.703	194.118

Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	(19.641)	(42.990)
(Aumento) em tributos a recuperar	(5.627)	(3.447)
(Aumento) em depósitos judiciais	(1.594)	(504)
(Aumento) redução em outros ativos circulante e não circulante	21	(5.765)
Aumento (redução) em fornecedores	(7.999)	2.743
Aumento em obrigações sociais	1.025	8.087
Aumento em impostos taxas e contribuições	1.727	5.293
Redução em outros passivos circulante e não circulante	1.998	(5.006)
Provisões pagas	(1.403)	(1.847)
Imposto de renda e contribuição sobre o lucro, pagos	(44.694)	(30.904)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	181.516	119.778

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Em investimentos em controladas	(13)	-
Em ativo imobilizado e intangível	(141.464)	(96.866)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(141.477)	(96.866)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de valor principal de empréstimos	(30.100)	(42.284)
Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos	(7.672)	(8.771)
Adiantamento para futuro aumento de capital, recebido	48.961	36.007
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(26.466)	(19.350)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(15.277)	(34.398)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	24.762	(11.486)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.962	15.448
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.724	3.962

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as principais transações que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentadas como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição de imobilizado e intangível a prazo	13.704	11.128
Baixa de passivo - valores a restituir a acionistas	5.989	-
Capitalização de AFAC	22.408	28.400
	42.101	39.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. ii) **Venda de bens** - A venda de bens ou que fazem parte das atividades ordinárias da Companhia são mensurados ao valor justo dos valores recebidos ou recebíveis, líquidos de devoluções, descontos comerciais e abatimentos monetários sobre certos tipos de transações. A receita é reconhecida quando: (i) há evidência persuasiva da existência, geralmente na forma de contratos de venda já celebrados entre as partes, nos quais (ii) os riscos e benefícios da propriedade do bem tenham sido transferidos ao comprador, e que (iii) os custos associados possam ser mensurados de forma confiável, assim como (iv) as possíveis devoluções destes bens, (v) quando não há mais envolvimento da gerência da Companhia sobre os bens vendidos e (vi) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor. iii) **Operações de permuta de bens e serviços** - A Companhia possui operações de permuta de ativos e de serviços, ou seja, troca de serviços e troca de infraestruturas com empresas do mesmo setor ou de setores distintos. Tais receitas são reconhecidas por seu valor justo. A permuta de infraestrutura visa, principalmente, garantir a redundância dos serviços prestados pelas entidades, como estratégia de garantia da continuidade dos serviços no caso de danos causados às redes ou aos sistemas informatizados, ou a qualquer outra eventualidade que possa comprometer a prestação de serviços pelas entidades. Isto objetiva reduzir, ou mesmo eliminar os riscos aos clientes finais destes serviços. e) **Receitas e despesas financeiras** - Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos. Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros (“impairment”) e perdas em instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado do exercício. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. f) **Novas normas e interpretações emitidas** - i) **Pronunciamentos novos ou revisados com aplicabilidade pela primeira vez em 2017** - Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação; Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro: Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados; Alterações à IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12. A adoção dos pronunciamentos mencionados acima não causou impactos relevantes nas presentes demonstrações. ii) **Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31/12/2017** - IFRS 9 - Instrumentos financeiros; IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes; Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture); IAS 7 - Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7; IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas – Alterações à IAS 12; IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil; Transferências de Propriedade para Investimento – Alterações à IAS 40. A Companhia pretende adotar as referidas normas, quando aplicável, na sua efetiva entrada em vigor. **Implantação da IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contrato com cliente** - A IFRS 15 “Receita de Contrato com Cliente”, aprovada pela Comitê de Pronunciamentos Contábeis por meio do CPC47, emitido em dezembro de 2016, deve ser aplicada para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018. De acordo com a IFRS 15 as empresas deverão identificar as entregas em contratos com clientes que se qualifiquem como “obrigações de desempenho” separadas, conforme a natureza dos contratos individuais, sendo que a receita só poderá ser contabilmente reconhecida quando a obrigação contratual for cumprida junto ao cliente. A adoção da norma pela Companhia poderá gerar impacto nas suas demonstrações financeiras, relativamente aos negócios que abrangem os produtos e serviços, tais como aparelhos celulares, dispositivos móveis e outros equipamentos fornecidos aos clientes e serviços prestados, incluindo serviços de voz móvel e TV por assinatura. Com base nas análises realizadas até o momento da conclusão dessas demonstrações financeiras, a Companhia estima que as mudanças contábeis trazidas pela norma, não terão impactos significativos. A Companhia refletirá o impacto acumulado da IFRS 15 no patrimônio na data da adoção.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	1.545	1.913
Aplicações financeiras	27.179	2.049
	28.724	3.962

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data da aplicação.